

Expansão da escolarização básica no Estado de São Paulo (1946–1962)

Luís Fernando de Lima Junior

Professor de História na Rede Pública do Estado de São Paulo.
Especialista em História da Educação pela UNITAU.
E-mail: xluisfernando@ig.com.br

Received 25 June 2007; accepted 17 October 2007.

RESUMO

No seio dos debates políticos e ideológicos da década de 1950, sobre a definição do modelo desenvolvimentista a ser implantado no país, a estrutura do patriarcado rural, movimentada por uma população simples, ignorante e imersa em taxas de analfabetismo superiores a 50%, representava um obstáculo a qualquer que fosse o projeto a ser implantado. O Estado de São Paulo possuía nessa época 43% de analfabetos em sua população e seu sistema escolar elementar não atendia sequer a um terço das crianças. No contexto da implantação do projeto industrial de base com suporte financeiro internacional, objetivou-se com este trabalho demonstrar a transformação de um sistema escolar elitista, que entendia a escolarização como padronização de linguagem e comportamento de uma minoria privilegiada e a alfabetização como higienização física e moral da população, em um sistema mais aberto, por meio da análise quantitativa da expansão das matrículas escolares, quantidade de professores e unidades escolares de ensino básico no Estado, e da análise comparativa das transformações estruturais administrativa, legal e curricular dessas unidades. Devido à necessidade de racionalizar o crescente contingente populacional que migrava do meio rural para o urbano a rede escolar fundamental foi ampliada e o ensino modificado de um enfoque enciclopédico para um mais utilitário e prático. Com o sacrifício da qualidade e da carga horária o acesso ao ensino foi ampliado, mas de maneira insuficiente a permitir a sua universalização e a resolver o problema do analfabetismo.

Palavras-chave: 1. São Paulo. 2. Educação. 3. História.

Growth of the school inscription in the State of Sao Paulo (1946–1962)

ABSTRACT

In the field of the political and ideological debates of the 50's, about the developing model to be insert in the country, the rural patriarchal structure actived by a simple and ignorant population, drowned in over illiteration rates represented an obstruction for every presented plan. The State of Sao Paulo had, at this time, 43% of illiteracy in it's population and it's elementary school system did not attend even a third part of school age children. In the context of the implantation of the basis industrial project with international financial support, the aim of this research is prove the transformation of an elitist school system, that understood the scholar education system like a pattern of language and behavior of privileged minority, and literacy like a moral and physical sanitation of the people, in a wide open system, by the way of the quantity analysis of the growth of the school inscription, amount of teachers and school units of fundamental education in management, legal and curriculum structure transformation of this units. By the needs of rationing of the growing populational amount that migrates from the rural environment to the urban one the fundamental school net was improved and the teaching was modified from an encyclopedic focus to a more practical and useful one. With the sacrifice of the quality and the schedule of study the learning access was grown in an insufficient way that didn't allow it's universalization and solves the illiteracy problem.

Key words: 1. Sao Paulo. 2. Education. 3. History.

INTRODUÇÃO

O período de 1946 a 1962 representa, para a História do Brasil Republicano, todo o trabalho de parto de sua realidade sócio-econômica contemporânea, na transição do rural para o urbano, da oligarquia para a democracia, do arcaico para o moderno. Em pouco mais de trinta anos, a sociedade brasileira abandonou o seu caráter agrário, rural e exportador, enraizado por mais de 400 anos, e embarcou em uma nova forma de organização social e produtiva, ditada pelo ritmo de crescimento das fábricas, das cidades e, principalmente, das necessidades de consumo das populações urbanas.

O Estado de São Paulo, principal centro urbano e produtivo do Brasil contemporâneo, adquiriu sua característica de primazia na liderança industrial e

política do país nesse mesmo período, quando se tornou o principal destino das correntes migratórias de populações rurais do interior do Brasil e consolidou-se como principal pólo concentrador de riqueza e população.

Nesse processo de transição do patriarcado rural e construção do Brasil contemporâneo, a educação escolar teve um papel decisivo. Pela escola, pela instrução e pela politização esvaziou-se pouco a pouco a influência política dos setores conservadores da sociedade brasileira, ainda que de maneira rudimentar, e, principalmente, pela ampliação do eleitorado, já que o voto era vetado aos analfabetos. As letras não traziam apenas o direito ao voto e a possibilidade de uma nova visão de mundo, mas todo um processo de racionalização, que adequava o homem rural ao ritmo e ao trabalho no meio urbano-industrial.

Nesse contexto, o presente trabalho constitui um estudo sobre a escolarização básica no Estado de São Paulo, realizado por meio de uma análise quantitativa do crescimento do número de matrículas escolares nas modalidades de educação equivalentes aos Ensinos Fundamental e Médio, além de uma análise sobre a expansão do número de professores e unidades escolares, justamente nesse recorte cronológico, que foi definido no intervalo de 1946 a 1962 pelo seu significado histórico e pela disponibilidade de dados estatísticos.

Como parte de um processo mais amplo, o presente artigo visa, primordialmente: analisar a expansão e as transformações ocorridas no sistema escolar paulista no período delimitado, do ponto de vista da ampliação do acesso, das modificações curriculares e da relação com as transformações sociais, políticas e econômicas que determinaram a transição do patriarcado rural ao modelo urbano-industrial.

Muitas das respostas aos problemas estruturais contemporâneos residem no entendimento das transformações políticas, econômicas e educacionais ocorridas nesse importante período da História do Brasil.

Expansão da escolarização no Estado de São Paulo 1946–1963

A segunda metade da década de 1940 representou um momento decisivo para a conformação e acomodação das forças políticas e econômicas responsáveis pelo controle do Estado brasileiro durante os 40 anos seguintes.

Numa época marcada pela explosão nuclear que colocou fim à Segunda Guerra Mundial, a polarização das relações políticas e econômicas internacionais em duas ideologias antagônicas significou a necessidade de enquadramento dos diversos países satélites às diretrizes inerentes às ideologias as quais estavam submetidos. Dentro da área de influência cada satélite deveria seguir os projetos de desenvolvimento, controle monetário e discurso político, condizentes com tais diretrizes¹.

No Brasil, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por um intenso debate político-ideológico sobre projetos, destinados a levar o país ao mundo desenvolvido. Até o fim do Estado Novo, o país ainda se apresentava como uma sociedade do patriarcado rural, agro-exportadora e dependente do café, embora sua industrialização crescente tivesse sido acelerada e impulsionada pela necessidade de substituição das importações, prejudicadas durante a Guerra. A imagem de uma população rural e analfabeta prevalecia na paisagem interna, enquanto que, externamente, a percepção da República de “bananas” estava longe de ser contestada.

Dentro das diretrizes políticas compartilhadas pelos países sob a liderança dos Estados Unidos, o Estado brasileiro prosseguia em um modelo de desenvolvimento fundamentado na aceleração da industrialização com ênfase na indústria de base, sustentado por instituições e empresas estatais e planejado por técnicos ligados diretamente ao Governo Federal. O chamado desenvolvimentismo, fundamentado no tripé Estado – empresa nacional – capital estrangeiro, traduzia uma ideologia que considerava a industrialização comandada pelo Estado e associada ao capital privado

¹ A Ideologia pode ser entendida como um conjunto de convicções e conceitos (concretos e normativos) que pretende explicar fenômenos sociais complexos, com o objetivo de orientar e simplificar escolhas sociais e políticas apresentadas aos indivíduos e grupos. O termo começou a ser usado pelos filósofos iluministas do século XVIII em seu sentido básico de estudo das idéias, mas adquiriu uma conotação pejorativa de metafísica obscura que se opõe ao conhecimento histórico, a partir do século XIX. Para Marx e Engels, a ideologia é uma forma de consciência falsa, em um sistema de idéias distorcidas e enganadoras fundamentadas em ilusões, que se contrapõe às teorias científicas. (FGV: 1986, p. 570).

como única alternativa para que países subdesenvolvidos e dependentes da agricultura de exportação ascendessem à condição de desenvolvidos².

Para tanto, seria necessário fazer a transição da realidade rural para o desenvolvimento urbano e industrial, com a racionalização do homem do campo, analfabeto e acostumado às relações sociais e trabalhistas patriarcais.

Nas discussões políticas e ideológicas sobre o desenvolvimentismo, a questão da educação representava uma unanimidade entre as diferentes propostas. Nacionalistas e defensores do capital internacional concordavam com a necessidade de se difundir a alfabetização e a escolarização elementar entre a população, como forma de viabilizar o progresso econômico.

Vista como uma questão sanitária de higienização física e moral da população desde a Proclamação da República (1889), essa escolarização representava, para as autoridades que controlavam o Estado brasileiro, a necessidade de formação de um tipo de ser humano padronizado em sua linguagem, em suas idéias, em suas perspectivas morais e adequado às exigências republicanas de alfabetização; para participação eleitoral.

Apesar de reconhecida como necessária, a escolarização elementar não foi prioridade dessas autoridades até a Revolução de 1930, seja pelo predomínio de forças conservadoras ligadas ao patriarcado rural no controle do Estado, seja pela priorização do Ensino Superior para a formação de uma elite limpa e preparada para conduzir a população doente à cura e salvação pela educação.

O estado caótico e indefinido da educação, presente desde o século passado XIX e boa parte do início deste, se agrava ainda mais quando sua proposta se apresenta sempre através de um caráter elitista, destinada a um grupo restrito de pessoas e moldada por um espírito exclusivamente literário e livresco. Na verdade, sua postura monocórdia preocupada apenas com a difusão de uma cultura uniforme de mentalidade humanística, retórica e jurídica reflete não só o desinteresse de uma sociedade de base escravista e economicamente agrária, como também a própria

² Num ambiente marcado pela Guerra Fria entre Capitalismo e Socialismo os fundamentos defendidos pelo bloco liderado pelos Estados Unidos eram de economia de mercado, garantia da propriedade privada e dos contratos, controle monetário e inflacionário e combate ao Socialismo.

concepção de mundo que oferece a essa aristocracia as justificativas políticas, éticas, econômicas e, sobretudo, culturais requeridas para seu domínio social. (SALLES: 1998, p. 53)

Em uma época marcada pelo predomínio de teorias científicas racistas, que estabeleciam a superioridade natural dos povos da Europa Ocidental sobre os demais, por uma suposta homogeneidade étnica e por uma pré-disposição biológica, a idéia de construção de um novo homem brasileiro, pela educação, representava uma alternativa salvacionista, ante a inviabilidade do Brasil, por seu caráter mestiço e tropical. Tal processo deveria ser iniciado pela formação de uma elite culta, para aparelhamento do corpo de funcionários do Estado e para definição de políticas e projetos educacionais para a massa, e concluído pela escolarização da população e erradicação do analfabetismo.

Nessa perspectiva, o tipo de educação a ser ministrada ao povo preconizava uma escolarização centrada em aspectos de uma formação humanista clássica, sem reflexão teórica ou aplicabilidade aparente, numa adaptação rudimentar do pensamento elitista à realidade cabocla. Essa situação, por sua vez, só vai se alterar quando as condições estruturais presentes naquela sociedade são removidas e em seu lugar são plantadas novas premissas sociais, como urbanização e industrialização. (SALLES, p. 53)

Com cerca de 8,3 milhões de habitantes em 1946, o Estado de São Paulo possuía quase 3,6 milhões de analfabetos (43% da população), pouco mais de 800 mil alunos matriculados nas quatro séries do Ensino Primário e menos de 215 mil matriculados, nas diversas modalidades do Ensino Secundário (Clássico, Científico, Comercial, Normal, Industrial e Agrícola), o que não atendia sequer a um terço das crianças em idade escolar. No entanto, as necessidades das camadas sociais mais abastadas quanto ao Ensino Superior estavam devidamente supridas; não sendo mais necessário que seus filhos tivessem que sair do país para cursá-lo no exterior.

A partir do momento da definição do modelo desenvolvimentista, pelo projeto industrial de base com suporte do capital internacional, a escolarização elementar de

crianças e a alfabetização de jovens e adultos assumem dimensões maiores, em importância e investimento, pela necessidade de construção de um capital humano.

Partindo de uma reavaliação das políticas e teorias educacionais com a apropriação de conceitos de economia, a teoria do capital humano, defendida por economistas e sociólogos desenvolvimentistas, atestava que assim como a formação do capital financeiro está vinculada ao investimento em infra-estrutura produtiva, o capital humano relacionava-se à escolarização da população. Como, diversamente do financeiro, esse capital humano não poderia ser obtido mediante empréstimos internacionais, o projeto desenvolvimentista forçou o Estado a priorizar a expansão da escolarização e alfabetização em suas políticas públicas³.

A escolarização e a qualificação técnica da força de trabalho constituíram, na lógica da organização racional, as principais maneiras de se agregar valor aos seus resultados produtivos, pelo aumento da produtividade no trabalho e da qualidade da produção.

Considerando o contexto social do Estado de São Paulo na década de 1950, caracterizado pela migração contínua de contingentes populacionais não-alfabetizados dos campos e sertões para o meio urbano, a formação do capital humano dependia da difusão da alfabetização de adultos e principalmente da expansão da escolarização primária, para atendimento de crianças e adolescentes.

A organização racional do trabalho, planejada pelas políticas públicas inerentes ao modelo desenvolvimentista industrial do período, dividia as atividades produtivas em diferentes tarefas e funções, hierarquizadas pelos diferentes graus de especialização e da qualificação técnica exigidos. A concepção de trabalho, segundo essa lógica, requeria muito mais que treinamento ou adiestramento de trabalhadores vindos do campo.

³ Teoria do Capital Humano é uma derivação da teoria econômica neoclássica e, ao mesmo tempo, uma atualização, do axioma liberal do indivíduo livre, soberano e racional. Desenvolvida por Theodore Schultz, professor da Universidade de Chicago na década de 1960, a teoria apresenta-se sob duas perspectivas articuladas. Na primeira, a melhor capacitação do trabalhador aparece como fator de aumento de produtividade. A "qualidade" da mão-de-obra obtida graças à formação escolar e profissional potencializaria a capacidade de trabalho e de produção. Na segunda, a Teoria do Capital Humano destaca as estratégias individuais com relação a meios e fins. Cada trabalhador aplicaria um cálculo custo-benefício no que diz respeito à constituição do seu "capital pessoal", avaliando se o investimento e o esforço empregados na formação seriam compensados em termos de melhor remuneração pelo mercado no futuro.

A maioria das ocupações industriais, cerca de 80%, relacionava-se aos serviços braçais e repetitivos que em sua realidade não exigiam muita qualificação. Mas, a necessidade de racionalização dessa mão-de-obra, que implicava uma maneira de vida eminentemente urbana, submetida ao controle rigoroso do tempo, espaço, linguagem, e comportamento, e que não tinha nada a ver com o modo tradicional de vida e de ação do meio rural, impunha a alfabetização e a escolarização dos trabalhadores, centralizada na instituição escolar, como forma de padronizar seu comportamento, higiene, segurança no trabalho, conduta, técnica, e principalmente, a sua submissão ao modelo de hierarquia tipicamente industrial.

Havia, ainda nesse processo, uma minoria de ocupações que se relacionavam aos serviços especializados, que exigiam um conhecimento mais apurado e correspondiam a uma escolaridade secundária, ou mesmo superior.

Atendendo à demanda crescente de alfabetização e escolarização primária, pelo crescimento natural da população e pela emigração, o Estado de São Paulo, principal pólo de concentração industrial do país no período, ampliou a estrutura do seu sistema escolar.

Entre 1946 e 1950, o sistema escolar paulista fundamentava-se em um Ensino Primário de matrícula obrigatória, com três anos de estudo, no caso da modalidade rural e quatro, no caso da modalidade urbana. O Ensino Secundário era orientado para preparação ao ingresso no Superior e tinha sua matrícula facultativa aos que concluíssem o primário e fossem aprovados em um exame de qualificação. Sua estrutura curricular possuía sete anos de estudo, divididos em dois ciclos, estruturados em diversas modalidades: Ginásio e Colegial Clássico ou Científico; Normal; Comercial 1 e 2; Agrícola 1 e 2; Industrial 1 e 2.

O ensino secundário apresentava nesse contexto, uma finalidade própria, totalmente distante e diversa dos ramos de ensino técnico-profissional. Segundo a nova lei (Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942), o novo curso regulamentado passa a ser ministrado em dois ciclos: o primeiro de quatro anos, abrangendo o curso ginásial e o segundo, dois cursos paralelos, o clássico e o científico, ambos em três anos. O curso clássico concorria para a formação intelectual com mais conhecimento de

Filosofia e acentuado estudo das Letras antigas. No curso científico, a ênfase dos estudos estava centrada nas Ciências Físicas e Naturais. O curso ginásial abrangia o estudo das Línguas Portuguesa, Latina, Francesa e Inglesa; Matemática; Ciências Naturais; História geral; História do Brasil; Geografia geral e Geografia do Brasil; trabalhos manuais; desenho; canto orfeônico e Educação Física. Exigia-se, portanto, dos alunos do ensino médio conhecimentos enciclopédicos. (SALLES, p. 83)

Nesse contexto, o sistema escolar paulista possuía em 1946 cerca de 870.000 alunos matriculados nas duas modalidades do ensino Primário e 214.943 alunos matriculados nas diversas modalidades e ciclos do Secundário; todos distribuídos e 8.208 unidades escolares, que contavam com cerca de 40.000 professores⁴.

Em 1950, as matrículas foram ampliadas para 1,1 milhão no Primário e 300 mil no secundário, com mais de 12.000 unidades escolares e 45.100 professores (números do IBGE), crescimento de 26% no número de matrículas do Ensino Primário, 44% no Ensino Secundário, 58% no número de unidades escolares e de 18% no número de professores. Considerando que apenas a população em idade escolar (7–19 anos) registrava 2.619.159, percebe-se que, nesse primeiro momento do projeto industrial, apesar do crescimento desses índices educacionais, as escolas paulistas supriam pouco menos da metade da demanda de escolarização de crianças e adolescentes. Pois o número de 3.169.528 era de analfabetos (40.7% da população).

Tabela 1 – Ensino Primário no Estado de São Paulo (1946–1950)

	1946	1947	1948	1949	1950
Matrículas	876.168	1.001.104	1.033.603	1.033.593	1.100.000
Professores	37.952	40.200	43.729	44.100	41.600
Escolas	8.208	10.013	10.347	12.996	12.500

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1950–1955; VI Recenseamento Geral 1950

⁴ Em todo o período de 1946 a 1963, que constitui o recorte cronológico deste capítulo, a estrutura do corpo docente paulista apresentou como característica marcante a participação feminina superior a 90% no Ensino Primário, 70% no Ensino Ginásio e primeiros ciclos do Secundário, e 30% no Ensino Médio e segundos ciclos do Secundário.

A partir de 1950, a estrutura curricular dos Ensinos Primário e Secundário foi reformulada, com a criação de um novo curso, a Ginásio, de matrícula facultativa e ingresso automático, sem a necessidade de exame de qualificação, para as crianças e adolescentes que concluíssem o Primário (Lei nº 1056 de 31/03/1950), além da equivalência jurídica entre todas as modalidades e ciclos dos Ensinos Primário e Secundário (Lei nº 1821 de 12/03/1953).

Na prática, essas duas medidas jurídicas estabeleceram a escolaridade elementar e obrigatória em quatro anos de estudo no Ensino Primário e facilitaram o acesso ao Ginásio, pela matrícula automática e sem necessidade de exame aos que concluíssem o Primário.

Essa nova estrutura curricular com quatro anos de Primário, seguidos de outros quatro no Ginásio esboçava o que viria a ser o Ensino Fundamental. O Ensino Médio nas suas diferentes modalidades (Colegial Clássico, Colegial Científico, Normal, Comercial, Agrícola e Industrial) adquiriu uma característica mais técnica e teve sua matrícula vinculada à conclusão do Ginásio e, também, se tornou requisito para o ingresso no Ensino Superior.

Entre 1950 e 1955 as matrículas no Ensino Primário e no Ginásio tiveram um crescimento de 27%, com um acréscimo de 300 mil matriculados, enquanto que o Ensino Médio reformulado chegou a 23 mil matrículas⁵. O número de unidades escolares foi ampliado de 12 para 25 mil.

Tabela 2: Ensinos Primário e Ginásio no Estado de São Paulo (1951–1955)

	1951	1952	1953	1954	1955
Matrículas	1.177.726	1.190.280	1.197.100	1.209.590	1.399.669
Professores	41.600	37.698	55.451	48.800	40.804
Escolas	12.106	15.450	15.935	18.200	25.748

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1950–1955; VI Recenseamento Geral 1950

⁵ Antes da reformulação curricular o Ensino Secundário que abrangia as equivalências do Ginásio e Colegial tinha a maior parte de suas matrículas no primeiro ciclo. Nos primeiros anos da mudança, o Ensino Médio, que abrangia somente as equivalências colegiais, teve um número de matrículas inexpressivo.

Com uma população total de pouco mais de 11 milhões de habitantes, em 1955, o Estado de São Paulo possuía cerca de 3,3 milhões de crianças e adolescentes em idade escolar (7–19 anos), o que significava que a quantidade de matriculados nos Ensino Primário e Ginásio não atendia a metade das necessidades da população.

Entre 1955 e 1962 a estrutura física do sistema escolar paulista foi reorganizada de um modelo de pequenas escolas, com um número modesto de alunos para um modelo de escolas maiores, com um número concentrado de alunos. Embora as matrículas no Primário e Ginásio tivessem crescido de 1,4 milhão para pouco mais de dois milhões e as matrículas do Ensino Médio de 23 mil para quase 172 mil, o número total de unidades escolares foi reduzido de 25 para 17 mil, o que significa que a média de alunos por unidade passou de 60,1 alunos, em 1955, para 153 em 1962. Nesse mesmo período, o número de professores cresceu 66%, passando de 40 mil para quase 83 mil.

Considerando-se que 68% dessas escolas localizavam-se no meio rural e abrigavam apenas 22% da população escolar, percebe-se que o sistema escolar paulista possuía duas realidades sociais distintas: o meio rural, caracterizado por um sistema de pequenas escolas; com média de 23 alunos por unidade; e o meio urbano, com um sistema de escolas maiores, com média de quase 200 alunos por unidade.

A maior concentração de alunos, por unidade, no meio urbano, pode ser justificada pela necessidade de racionalização, imposta pelo modelo desenvolvimentista. É no meio urbano que estão as fábricas e a necessidade de padronização da mão-de-obra.

Em termos qualitativos todo o período de 1946 a 1962 apresenta uma progressiva melhoria no desempenho escolar das crianças e adolescentes matriculados nos Ensino Primário e Ginásio. Em 1946, dos 876.168 alunos matriculados no Ensino Primário apenas 150.496 concluíram o quatro anos de estudo. Considerando que esses alunos iniciaram seus estudos em 1942, ano em que o total de matrículas primárias

atingiu 749.276, percebe-se que proporcionalmente, apenas 21% dos alunos matriculados em 1942 concluíram o Ensino Primário em 1946⁶.

Em 1962, dos 2.077.092 alunos matriculados no Ensino Primário e no Ginásio, já considerados na categoria de Ensino Fundamental, 1.144.100 concluíram pelo menos os quatro anos do Ensino Primário⁷. Considerando que o total de matrículas primárias em 1958 foi de 1.586.380, registra-se que proporcionalmente mais de 72% dos matriculados e 1958 concluíram os quatro anos obrigatórios de estudo em 1962.

Tabela 3 – Ensinos Primário e Ginásio no Estado de São Paulo (1956-1962)

	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Matrículas	1.420.862	1.360.264	1.700.000	1.787.291	1.899.497	1.952.946	2.077.092
Professores	54.056	59.852	66.476	68.753	73.004	69.361	82.945
Escolas	18.150	14.978	15.460	16.902	16.508	17.349	17.340

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1955-1964

Entre 1946 e 1962, a população total do Estado de São Paulo variou de 8,3 milhões para quase 13,3 milhões de habitantes, um crescimento de 87%. A população em idade escolar, nesse mesmo período aumentou de 2,5 milhões para quase 3,4 milhões de crianças e adolescentes.

Ainda nesse período, de 1946 a 1962, o número, de matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio, e suas equivalências, anteriores a 1950, cresceu de pouco mais de 1 milhão, para quase 2,7 milhões de matriculados.

Comparando-se os números da expansão do sistema escolar paulista com o crescimento populacional registrado no período, percebe-se que embora a estrutura física do sistema escolar tivesse dobrado de 8 mil para 17 mil unidades, a quantidade

⁶ Trata-se de uma estimativa estatística que leva em consideração o total de alunos matriculados em 1942 e o total de aprovados em 1946, o que não significa dizer que todos os que concluíram nessa data foram matriculados na data anterior.

⁷ A terminologia Fundamental foi utilizada na educação elementar até meados da década de 1970, como sinônimo do Primário, para distingui-lo do Supletivo. A reformulação do Ensino expressa pelas medidas jurídicas de 1950 e 1953 estabeleceu o princípio do Ensino Fundamental contemporâneo, colocando o Ginásio como Ensino Secundário de continuidade do Primário e desvinculado da classificação anterior de Ensino Médio, mas o termo Fundamental como unificação do Primário e Ginásio foi adotado em 1971.

de professores tivesse dobrado de 37 mil para quase 83 mil docentes e o número de matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio tivesse quase triplicado, todo esse crescimento não foi suficiente para atender as necessidades impostas pelo crescimento populacional.

Em 1962, existiam de mais de 700 mil crianças e adolescentes sem acesso à escola e a taxa de analfabetismo da população com mais de sete anos era de 31%, o que significa dizer que os 2,7 milhões de matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio atendiam a somente 80% da população em idade escolar e apenas 36% da demanda por educação elementar, considerando-se a soma dos 4 milhões de habitantes não alfabetizados com a população em idade escolar. As taxas de analfabetismo no Estado de São Paulo foram reduzidas de 43%, em 1946, para 31%, em 1962, e as taxas de aproveitamento e conclusão do Ensino Primário cresceram de 21% para 72% no mesmo período. No entanto, a demanda por escolaridade elementar exigia um crescimento de 64% no número de matrículas.

Este foi o quadro educacional no Estado de São Paulo encontrado pelos militares que assumiram o controle do país em 1964.

CONCLUSÃO

O período de 1946 a 1962 representou, para a História do Brasil, a suplantação da preeminência dos grandes proprietários de terra no controle político do Estado, pela ascensão de uma nova força política com maior base econômica. A estrutura do patriarcado rural, fundamentada na produção agropecuária de exportação, cedeu espaço para os grandes grupos financeiros e indústrias multinacionais, pela força dos capitais externos.

A suplantação desse modelo produtivo enraizado por mais de 400 anos, ao mesmo tempo em que esvaziou o poder político regional desses proprietários, transformou a paisagem rural das fazendas, cafezais e canaviais em um retrato mais complexo, com grande concentração de população e riqueza nos centros urbanos do Sul e Sudeste e com abandono do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A concentração de população e dos grandes grupos financeiros e industriais nessas regiões resultou em concentração de riqueza, que dentro do modelo industrial e, sem a intermediação do Estado, significava exploração das camadas populares e acumulação de capitais por parte de grupos reduzidos, geralmente estrangeiros.

A consequência desse processo, na realidade social contemporânea, pode ser claramente evidenciada pelo recorte Sul-Sudeste, com maiores concentrações de população, de riqueza e de indústrias, e melhores condições gerais de infra-estrutura, saneamento e desenvolvimento humano. Em oposição, no recorte Norte-Nordeste-Centro-Oeste, com condições humanas e econômicas de vida inferiores ao anterior, a influência política de proprietários de terra locais ainda respira. Embora nessas regiões as transformações do capital tenham sido menores que no Sul e Sudeste, foram suficientes para alterar o modelo produtivo e fazer com que a população urbana ultrapassasse a rural.

Dentro dessa perspectiva, os grandes centros urbanos espalhados pelo país, além de reproduzirem essa relação Sul-Norte, reproduzem um modelo produtivo de concentração de riqueza e de grandes desigualdades sociais, pela exploração do capital e pela incapacidade do Estado em gerenciá-la de maneira menos predatória.

As expressivas taxas de crescimento do PIB registradas entre 1955 e 1962, dentro desse processo, ampliaram o abismo social entre as camadas populares e a elite econômica, permitindo a concentração de grandes volumes de riqueza em poucos grupos, além de expressivas remessas de lucros de capitais e para o exterior.

A relação dessa análise política e econômica com a expansão da escolarização no Estado de São Paulo, no período delimitado, pode ser entendida como uma parte fundamental do processo, do ponto de vista da transição do patriarcado rural ao modelo urbano-industrial no recorte Sul-Sudeste, com diferentes significados no seu decorrer.

Entre 1946 e 1954, período em que o país iniciava uma fase democrática, em meio ao populismo e ao nacionalismo, a escolarização elementar da população

representava o alargamento da base eleitoral, necessária ao esvaziamento do poder político dos proprietários de terra representantes do patriarcado rural.

Dentro dessa lógica, ainda sob a percepção da educação como saneamento e higienização da população ignorante e alternativa à inviabilidade do país por seu caráter mestiço, essa escolarização não passava de um adestramento que visava padronizar linguagem e comportamento, e, principalmente, alfabetizar o suficiente para os requisitos eleitorais. Dessa forma, isso justifica a relativa estagnação do crescimento de matrículas e expansão da rede escolar no Estado.

Entre 1955 e 1962, período de grandes transformações e investimentos estruturais no país, a escolarização elementar assumiu um novo significado, relacionado com a melhoria da capacidade produtiva dos trabalhadores e com a racionalização do homem rural ao ritmo e maneira de vida urbanos.

Nessa época, importantes reformas legais e administrativas na educação foram colocadas efetivamente em prática, como a progressão automática do Ensino Primário ao Ginásio, sem a necessidade de exame, e a progressiva suplantação do modelo de pequenas escolas rurais, em favor das escolas urbanas de maior porte e concentração de alunos.

A partir da década de 1960, com a expansão da industrialização no Estado e com a ampliação da migração, do meio rural para o urbano, esse significado foi acentuado pela assimilação, por parte do poder público, das diretrizes pragmáticas norte-americanas da Teoria do Capital Humano.

Pelas análises políticas, econômicas e educacionais realizadas nesse estudo, conclui-se que o processo de transição do patriarcado rural ao modelo urbano e industrial, no Estado de São Paulo, foi caracterizado pela utilização da escolarização para o esvaziamento do poder político dos proprietários de terra, em favor dos grandes grupos financeiros e industriais ligados ao capital internacional. A partir do momento em que esse projeto consolidou-se, a escolarização serviu para o adestramento da sua mão-de-obra e para construção de consenso sobre o regime excludente.

Dessa forma, o sistema escolar paulista no período de 1946 a 1962 foi submetido aos interesses dos grandes grupos financeiros e industriais que comandaram o país, sem que a educação, o esclarecimento e a cultura fossem colocados como seus objetivos.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil (1950–1964). Rio de Janeiro: IBGE, 1951–1982. In Estatísticas do século XX – Educação. Série de 1908 a 2000. IBGE. Disponível em www.ibge.gov.br, consultado em 26 Fev 06.

BRASIL, IBGE. VI Recenseamento Geral – 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

BRASIL, IBGE. VII Recenseamento Geral – 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1961.

Dicionário de Ciências Sociais. Instituto de Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

SÃO PAULO, SEADE. População no Estado de São Paulo (1950–1980). In Estatísticas Vitais. SEADE. Disponível em www.seade.gov.br, consultado em 26 Fev 06.

SALLES, Fernando Casadei. *Educação e industrialização no Estado de São Paulo na década de 50*. 1998. 198 f. Tese (Doutorado em Educação: História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.